

CONV 323/02

CONTRIB 110

NOTA DE ENVIO

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	Contributo de Anne-Marie Sigmund, Göke Frerichs e Roger Briesch, observadores do Comité Económico e Social junto da Convenção - Resolução aprovada pelo Comité Económico e Social

O Secretário-Geral da Convenção recebeu de Anne-Marie Sigmund, Göke Frerichs e Roger Briesch, observadores do Comité Económico e Social junto da Convenção, a resolução aprovada pelo Comité Económico e Social que apresentam como contributo para a Convenção.



Comité Económico e Social Europeu

RESOLUÇÃO

destinada à Convenção Europeia

Na 393^a Reunião Plenária de 18 e 19 de Setembro de 2002 (sessão de 19 de Setembro) o Comité Económico e Social adoptou, por 167 votos a favor, 4 votos contra e 6 abstenções, a presente resolução.

1. Preâmbulo

1.1. *O Comité é, ao nível europeu, o fórum institucional de consulta, de representação, informação e expressão da sociedade civil organizada, que permite aos representantes das organizações económicas, sociais e cívicas dos Estados-Membros ser parte integrante do processo de formação das políticas e das decisões, ao nível comunitário.*

1.2. *As relações privilegiadas que o Comité mantém com os conselhos económicos e sociais e instituições similares nos Estados-Membros e com a sociedade civil organizada dos países e conjuntos geográficos terceiros com os quais a União Europeia mantém relações estruturadas reforçam o valor acrescentado e a legitimidade da sua actividade em prol de uma Europa politicamente mais acessível, mais transparente e mais participativa. As relações constantes estabelecidas pelo CESE com as organizações da sociedade civil não representadas no Comité contribuem igualmente para aumentar esse valor acrescentado e essa legitimidade. O Comité pretende reforçar estas relações.*

1.3. *O CESE cingiu-se deliberadamente, nesta resolução, a formular certas observações e afirmar posições essenciais sobre o futuro da Europa, reservando-se a possibilidade de se pronunciar posteriormente sobre determinadas questões tratadas mais em particular pela Convenção Europeia.*

2. O modelo europeu de sociedade

2.1. O CESE espera que a Convenção redefina os fundamentos constitucionais da União Europeia que (i) se caracteriza por um equilíbrio entre a diversidade cultural e a unidade política e (ii) permite ao modelo europeu de sociedade desenvolver-se, ao mesmo tempo que valoriza as identidades socioculturais.

2.2. O Comité realça que os trabalhos da Convenção incidem na própria essência da identidade e do projecto europeus e nos valores sobre os quais este projecto se baseia. Não dizem unicamente respeito "às competências" e à repartição dos poderes.

2.3. Enquanto expressão de adesão a valores comuns, a cultura é um factor essencial da identidade europeia. O Comité solicita que no futuro tratado constitucional o conceito de cultura seja entendido de tal forma que a política da União neste domínio contribua para a formação de uma verdadeira comunidade de valores, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento das culturas nacionais e regionais.

2.4. O Comité reitera o seu apoio ao desenvolvimento da cidadania europeia.

2.5. Tal pressupõe que se defina uma arquitectura institucional, com uma forte legitimidade democrática, em que:

- i) os poderes e as responsabilidades das instituições sejam mais claramente definidos,
- ii) a diversidade sociocultural dos países europeus, juntamente com uma marcada e permanente evolução da coesão económica e social, sejam elementos fundadores de uma identidade europeia partilhada e participativa.

2.6. A Carta dos Direitos Fundamentais constitui a este respeito um compromisso ético, social e político, sendo a pedra angular da criação desta identidade comum. Traduz, na verdade, o reconhecimento de uma comunidade de direitos e deveres de que todos os cidadãos comungam e de que se sentem portadores. O Comité solicita a inclusão desta Carta no tratado constitucional.

2.7. O Comité considera indispensável que a União assuma uma parte maior da responsabilidade ao nível internacional e fale a uma só voz. Insta para que a União seja dotada de instituições que lhe permitam conduzir uma verdadeira política estrangeira baseada, nomeadamente, nos ideais de paz, democracia e solidariedade e bem-estar económico e social e que contribua para o desenvolvimento das sociedades civis dos países parceiros, assegurando a sua participação efectiva nos programas de cooperação, através da aplicação de dispositivos de associação, tal como já o fez, por sugestão do CESE, nos acordos de Cotonu ou no âmbito da cooperação mediterrânica.

2.8. O CESE contribui com valor acrescentado suplementar para a acção da União no domínio das relações externas, graças ao diálogo estruturado em constante desenvolvimento com os representantes da sociedade civil dos países candidatos à adesão, bem como com os países parceiros do Mediterrâneo, da África das Caraíbas e do Pacífico, da América Latina, de Rússia e da Ásia.

2.9. O Comité considera fundamental o reforço das competências da União nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos (JAI), por forma a dar resposta às preocupações dos cidadãos em matéria de luta contra todas as formas de criminalidade.

2.10. O Comité considera, igualmente, essencial que a União se dote dos instrumentos necessários a uma verdadeira política global em matéria de imigração e de asilo assente na solidariedade.

2.11. Há que melhorar as políticas de integração dos imigrantes. O Comité solicita que a Convenção estude a possibilidade de atribuir a cidadania da União aos nacionais dos países terceiros com estatuto de residentes de longa duração.

3. Democracia participativa, diálogo civil e diálogo social

3.1. O Comité preconiza o reforço da democracia representativa mediante o desenvolvimento de processos participativos que permitam às organizações da sociedade civil serem associadas, numa fase precoce, ao processo de formação das políticas e à preparação das decisões, bem como à sua aplicação. Ao permitir a participação dos directamente interessados, o diálogo civil é crucial para conferir à União Europeia legitimidade acrescida.

3.2. Sem prejuízo da sua estrutura e das suas competências, o CESE tem um papel fundamental a desempenhar na organização do diálogo civil e está vocacionado para ser o fórum desse diálogo.

3.3. A este respeito, convém distinguir claramente o diálogo com as organizações da sociedade civil e entre estas, por um lado, e o diálogo social, por outro. O diálogo social europeu é um mecanismo com poderes quase legislativos. Está claramente definido em termos de participantes, poderes e procedimentos.

3.4. Há que desenvolver o papel e as responsabilidades específicas dos parceiros sociais no âmbito de um aprofundamento do diálogo social europeu.

3.5. O aspirar ao diálogo civil decorre simultaneamente dos princípios de democracia e de subsidiariedade. O princípio de subsidiariedade não significa apenas repartição dos poderes entre os diferentes níveis territoriais. Exprime também uma concepção participativa das relações entre os poderes públicos e a sociedade, bem como das liberdades e das responsabilidades dos cidadãos. Ao determinar-se quem deve intervir na preparação das decisões, haverá, portanto, que ter em conta a "subsidiariedade territorial (vertical)" a par da "subsidiariedade funcional (horizontal)", a qual é elemento fundamental da boa governação.

3.6. Tanto o diálogo social como a prática da co-regulamentação ou da auto-regulamentação, que exprimem uma partilha de responsabilidades entre as instituições e as partes interessadas, participam desta boa governação europeia.

4. A governação económica e social

4.1. O CESE solicita uma coordenação das políticas económicas que permita otimizar o potencial de crescimento e de emprego que a União encerra, o restabelecimento do direito de proposta da Comissão e da consulta obrigatória do Comité na elaboração das orientações de política económica, uma melhor combinação dos instrumentos de política macroeconómica e de política estrutural, bem como um diálogo mais constante entre os diversos actores da política macroeconómica, em particular os parceiros sociais.

4.2. O Comité solicita que o tratado constitucional mencione explicitamente o pleno emprego como um dos objectivos da União e que os artigos pertinentes desse tratado indiquem com maior clareza que a política económica deve contribuir para a realização do objectivo de crescimento e de pleno emprego.

4.3. O Comité insiste em que a União se dote dos instrumentos necessários ao sucesso da estratégia de Lisboa, estratégia esta que pretende tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.

4.4. O Comité sublinha, além disso, que o êxito da estratégia de Lisboa terá de estribar-se na aplicação das Conclusões do Conselho de Gotemburgo, tendo assim em conta todos os princípios essenciais à realização do desenvolvimento sustentável.

4.5. O Comité solicita igualmente:

- i) O fortalecimento da política de coesão económica e social e a unificação dos procedimentos e das formas de acção da política de coesão por forma a reforçar a eficácia e garantir uma participação efectiva das organizações da sociedade civil;
- ii) o apoio à inovação e ao espírito empresarial na sua diversidade, em conformidade, por exemplo, com as linhas de acção definidas na Carta Europeia das Pequenas Empresas;
- iii) a inclusão, no tratado constitucional, de uma referência específica à prestação dos serviços de interesse geral como uma das acções que a União, em estreita cooperação com os Estados-Membros, deve desenvolver para a consecução dos seus objectivos;
- iv) o reforço dos instrumentos de combate à fraude financeira em cooperação com os Estados-Membros.

4.6. O Comité considera que, sem prejuízo das competências legislativas da União, o método de coordenação aberta é um instrumento importante para que a coesão económica e social progrida, desde que os parceiros sociais e os outros intervenientes da sociedade civil sejam efectivamente implicados. O Comité solicita que este método, ao qual pretende ser associado em termos de acompanhamento, disponha de uma base jurídica no tratado constitucional.

4.7. No que concerne ao financiamento das políticas comunitárias, importa diligenciar para que, a longo prazo, as receitas da União sejam adequadas ao financiamento dos compromissos assumidos. O Comité solicita que seja criado um novo sistema de financiamento, devendo prever-se o reforço dos recursos próprios da União.

4.8. O Comité solicita uma reforma duradoura do processo de elaboração das políticas e de tomada de decisões ao nível da União, baseada nos princípios de solidariedade, transparência, coerência, subsidiariedade, proporcionalidade e abertura.

4.9. A simplificação dos processos legislativos e da regulamentação comunitária é uma necessidade premente e uma medida prévia indispensável ao alargamento, que permitirá uma melhor compreensão das políticas comunitárias e do processo de integração europeia por parte dos agentes económicos e sociais e dos cidadãos. Neste contexto, o CESE solicita que as instituições europeias adoptem códigos de conduta que visem simplificar o processo de regulamentação, bem como a constatação da necessidade de se aprofundar a avaliação de impacto que deve acompanhar todos os projectos de regulamentação, incluindo-se nesta avaliação um exame de possíveis alternativas.

4.10. O Comité é de opinião de que importa dar um maior apoio à co-regulamentação, conjugando um quadro comunitário com a iniciativa das partes interessadas, de forma a atingir os objectivos de maior flexibilidade e eficácia.

4.11. O Comité solicita que o tratado constitucional lhe reconheça a possibilidade de cumprir melhor a sua missão, generalizando a consulta na fase prévia ao processo legislativo, em particular através do recurso mais frequente ao procedimento dos pareceres exploratórios a pedido das outras instituições.

4.12. Já que a União pretende ampliar a rede de consultas para melhorar a qualidade da governação democrática, o CESE considera que poderá perfeitamente funcionar como ponte entre a Comissão e a sociedade civil organizada, conforme ficou ilustrado pelo sucesso do recente "Fórum dos Partes Interessadas sobre o Desenvolvimento Sustentável", realizado em Setembro de 2002.

4.13. Por último, o CESE entende que a sua função seria fortalecida se o tratado constitucional lhe conferisse o estatuto de instituição.

5. . Conclusão

5.1 O Comité considera que tudo deve ser posto em prática, a todos os níveis, para que os cidadãos europeus estejam plenamente associados à definição de um projecto para a Europa alargada e que lhe seja dado um verdadeiro conteúdo. Face à desconfiança persistente dos cidadãos europeus relativamente ao processo de integração europeia, é indispensável que a Convenção trace uma visão da Europa que conduza os cidadãos a aderirem e a identificarem-se com este processo.

5.2. O Comité reitera a vontade de desempenhar plenamente as suas funções na Convenção e, de acordo com a resolução que adoptou na matéria¹, contribuir muito especialmente para uma abertura tão grande quanto possível do debate sobre o futuro da União na sociedade civil organizada

¹ Resolução sobre "O futuro da Europa" de 17 de Setembro de 2001 – CES 1033/2001 fin